

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 03.04.2018

Exortar o reforço do Governo na predominância da renovação urbana para evitar o prazo indefinido do seu estudo

O problema do envelhecimento dos bairros é grave, o seu ambiente habitacional está cada vez pior, os edifícios velhos tornam-se gradualmente perigosos e as construções, tanto subterrâneas como à superfície, não conseguem satisfazer as necessidades do actual desenvolvimento social, da actividade económica e da vida dos moradores. Com o passar do tempo, o referido problema será cada vez mais grave. O antigo plano de reordenamento dos bairros antigos deu expectativas à população, mas, devido a diversas razões, desde o ano de 2015, o conceito do reordenamento passou para renovação urbana.

O Governo deseja impulsionar o desenvolvimento dos bairros antigos através da renovação urbana e melhorar, de forma gradual e paulatina, o ambiente de toda a cidade. O Conselho para a Renovação Urbana (doravante designado por Conselho) foi criado no ano de 2016, realizou já 18 reuniões plenárias e formou três grupos específicos. A sociedade, através das notícias divulgadas após cada reunião, sabe que este Conselho apresentou já muitas sugestões junto do Governo, incluindo o estudo do seguinte: plano de alojamento temporário, reaproveitamento dos edifícios industriais, e taxa de concordância dos proprietários para a reconstrução e criação de uma empresa que o Governo detenha a 100% para coordenar os assuntos sobre a renovação urbana, mas é pena que até à data o Governo não tenha concretizado nenhum destes planos nem implementado uma lei sobre isso.

Recentemente, após uma reunião do Conselho para a Renovação Urbana, o Secretário para os Transportes e Obras Públicas afirmou que vai ser aberto um concurso para estudos sobre esta matéria, com o conteúdo da consulta pública, prevendo-se que este estudo irá estar finalizado em cerca de 2 anos. Mas, revendo as LAG para 2018, estas referem que vai ser aberta uma consulta pública relativa ao projecto de disponibilização de habitações temporárias e às percentagens dos direitos de propriedade para efeitos de reconstrução predial. Mas as pessoas estão com muitas dúvidas, pois parece que durante um ano os trabalhos não avançaram, e, mais, após o período de consulta, ainda há lugar à elaboração de um relatório e depois disto o Governo ainda tem de efectuar mais estudos. Ademais, se se registar discrepâncias de ideias na consulta, vai haver um novo estudo, por isso os trabalhos da renovação urbana nunca mais vão acabar.

Mais, no ano passado, o referido Conselho sugeriu que os trabalhos deviam ser liderados pelo próprio Governo, mas membros deste Conselho afirmam que, actualmente, há falta de apoio administrativo e jurídico nos seus trabalhos, pois estes englobam muitas matérias e o Governo não apontou nenhum serviço para apoiá-los. Isso tudo devia ser feito pelo Governo, mas parece que este adjudicou os trabalhos a uma empresa e aos membros deste Conselho, por isso são de opinião que o Governo não está a liderar bem os trabalhos. Pelo exposto, o Governo deve acelerar e liderar com afinco este trabalho. Sugiro ao Governo para iniciar os trabalhos que já reuniram consenso no seio do referido Conselho, por exemplo, disponibilizar benefícios fiscais para os edifícios antigos a reconstruir, reutilizar os edifícios industriais e criar uma empresa totalmente detida pelo Governo, entre outros. Mais, deve ainda criar um serviço de apoio ao referido Conselho, para os estudos, discussões e implementação dos trabalhos relacionados com a renovação urbana poderem acelerar-se, pois o Governo deve assumir as responsabilidades de disponibilizar um ambiente habitacional saudável aos residentes.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 03.04.2018

Em finais de Setembro do ano passado, a DSAT apresentou ao Conselho Consultivo do Trânsito a proposta de aumento das tarifas de todas as carreiras de autocarros para 6 patacas, havendo a ideia de diferenciar os residentes e os não residentes quando utilizam o cartão, e de aplicar tarifas diferentes para as carreiras normais e as rápidas, actualizando ainda os preços para estudantes e idosos. Na altura, a maioria da sociedade considerou que essa proposta não tinha em conta as deslocações das classes mais vulneráveis e das pessoas com necessidades específicas, nem o princípio da equidade, portanto, sugeriu-se ao Governo que auscultasse amplamente a opinião pública e estabelecesse, de forma científica, um mecanismo de actualização das tarifas. Já se passou meio ano, mas o Governo ainda não divulgou qualquer novidade, e muitos cidadãos levantam dúvidas sobre esta proposta de aumento.

Quanto à proposta de actualização das tarifas, compreendo-a bem e considero que o aumento destas pode ajudar a reduzir a procura não real dos serviços de autocarros e incentivar os passageiros de percurso curto a deixar de andar de autocarro, para os espaços desocupados nos autocarros ficarem para os residentes com verdadeira necessidade. De facto, a maior controvérsia na proposta é o modelo de cobrança de tarifas aos idosos, portadores de deficiência e estudantes. Segundo a proposta, os idosos e os portadores de deficiência pagarão entre as 8:00 e as 9:00, e as 18:00 e as 19:00, uma pataca e meia e duas patacas, respectivamente, mas no tempo restante podem usufruir gratuitamente dos serviços de autocarros. Nos dias de aulas, os estudantes pagam uma pataca e meia ou duas patacas para andar nos autocarros normais e rápidos. Os alunos estrangeiros que frequentam cursos a tempo inteiro em Macau pagarão duas ou duas patacas e meia, e o valor das tarifas dos estudantes e dos residentes de Macau regressa ao normal, nos domingos, feriados obrigatórios e ao longo de Agosto. Quanto a este modelo de cobrança de tarifas que varia consoante o destinatário e o intervalo de tempo, muitos residentes lamentam que seja complicado e difícil de compreender. De facto, muitos idosos ajudam as famílias dos filhos, em que ambos os cônjuges trabalham. Os idosos apanham o autocarro para levar os netos à escola e para comprar produtos do cabaz e fazer comida, entre outras tarefas domésticas. Mais, muitos idosos que gozam de acesso gratuito aos cuidados de saúde, devido à pressão que está a assumir o sistema de cuidados de saúde, também saem mais cedo para as consultas. Quanto aos estudantes, a sua qualidade não se altera nos feriados e nas férias, quer de Verão quer de Inverno, e a participação em actividades fora das aulas e em cursos de aprendizagem representa também, verdadeiramente, uma necessidade real de deslocação.

As autoridades têm salientado que esperam, através da proposta de revisão das tarifas, aliviar a pressão de exploração das companhias de autocarros e reduzir as despesas financeiras do Governo, atingindo o princípio do utilizador-pagador. Mas o pressuposto de alteração das tarifas deve ser a melhoria dos serviços de autocarros. Partindo da perspectiva da economia macro e dos benefícios sociais, não se pode apenas seguir o referido princípio, sem ter em conta as influências para a vida da população e a política de primazia dos transportes públicos. Uma proposta de bonificação inadequada não consegue concretizar a distribuição eficaz dos recursos. Uma vez que as tarifas dos autocarros envolvem o erário público, sugiro novamente que as pessoas portadoras de deficiência e os residentes com idade igual ou superior a 65 anos utilizem os autocarros de forma gratuita, independentemente da hora em que o façam; as tarifas devem ser uniformes para os estudantes a tempo integral e não haver diferença em qualquer mês ou nas férias, pois só assim é que se demonstra o carinho do Governo pelas camadas mais vulneráveis.

Mais, os contratos de concessão celebrados entre o Governo e as 3 companhias de autocarros terminam em finais de Julho deste ano, faltando pouco mais de 4 meses. Espero que, em prol da população, as autoridades concretizem quanto antes o mecanismo de actualização das tarifas dos autocarros; revejam seriamente os contratos de serviços; clarifiquem o modelo de funcionamento e o rumo de desenvolvimento dos futuros serviços; aperfeiçoem o regime de exploração; garantam que os serviços de transporte público não sejam prejudicados pelos procedimentos administrativos; e, em especial, salvaguardem prioritariamente as necessidades de deslocações dos residentes locais e os direitos e interesses no emprego do pessoal dos autocarros; e concretizem ainda a longo prazo a política de primazia dos transportes públicos, para resolver gradualmente os problemas de trânsito de Macau.

**IAOD dos Deputados Kou Hoi In, Chui Sai Peng José e Ip Sio Kai em
03.04.2018**

**Sugestões sobre o estudo e a concretização das políticas
ligadas à demanda de talentos dos sectores de actividade de Macau**

A Comissão de Desenvolvimento de Talentos, nos últimos anos, procedeu a estudos sobre a necessidade dos talentos exigidos por cinco grandes sectores: hotelaria, restauração, comércio a retalho, convenções e exposições, e jogo, e elaborou listas da escassez de talentos nas áreas relevantes, para os residentes saberem quais os postos de trabalho em carência nestes sectores, e conseguirem confirmar as formações a aceitar e as profissões a escolher. Depois, a Comissão iniciou mesmo um estudo sobre a futura demanda de talentos nos sectores financeiro e de construção civil, para todos os sectores de Macau se inteirarem da demanda e escassez de talentos nestas áreas.

No início deste ano, foi lançado o “Plano de Acção Quinquenal do Programa de Formação de Quadros Qualificados a Médio e Longo Prazo em Macau”, para dar uma orientação sobre a formação de quadros qualificados a médio e longo prazo. Aproveitam-se as estratégias e medidas concretas do desenvolvimento interdepartamental do plano de acção relativas ao planeamento, avaliação, formação e regresso de quadros qualificados, para impulsionar o trabalho de desenvolvimento dos mesmos.

Nesta base, sugerimos ao Governo o reforço dos trabalhos de formação de talentos. 1.^a sugestão: para além de analisar as necessidades de recursos humanos nos postos de trabalho actualmente existentes, deve ainda efectuar uma previsão quanto ao número de talentos necessário, em consonância com o plano de desenvolvimento da cidade, avaliando as nossas necessidades de acordo com os novos tipos de trabalho e eliminando também alguns postos de trabalho. O desenvolvimento da cidade necessita de tempo, mas a formação de talentos também. Todas as indústrias estão preocupadas, nomeadamente, com a importação de talentos a curto prazo e o plano de auto-suficiência de talentos a longo prazo, de acordo com a estrutura da indústria de Macau, com vista a conseguir acompanhar o passo do desenvolvimento social, onde se prevê um grande desenvolvimento a curto prazo, e isto vai levar ao aumento do número e dos tipos de postos de trabalho. Assim, é necessário formar mais pessoal, pois só assim se pode prevenir que no futuro haja uma grande lacuna de talentos.

2.^a sugestão: para melhor promover as funções operacionais das previsões sobre as necessidades, deve-se monitorizar constantemente a evolução dinâmica das reais necessidades e observar as diferenças entre as previsões e a realidade, a par do lançamento de medidas complementares para, gradualmente, encurtar a distância em relação às falhas e identificar as medidas mais eficazes. Sugiro ao Governo que monitorize periodicamente a evolução flutuante das necessidades e observe as diferenças entre as previsões e a realidade, e a eficácia das diversas medidas de desenvolvimento previstas nos planos de acção; mais, há que intensificar a divulgação dos resultados das previsões e dos planos de acção, para os residentes, especialmente os estudantes e os que pretendem mudar de emprego, poderem, através do acesso oportuno aos resultados dos estudos, ajustar o seu próprio rumo de desenvolvimento, e os definidores, executores e fiscalizadores de políticas poderem, em articulação com os planos de acção, lançar em tempo útil medidas de emergência para apoiar e ajudar o crescimento das indústrias ainda em rebentos, bem como organizar cursos valorativos ou incentivar as escolas a desenvolver as correspondentes disciplinas, a fim de formar os mais diversos talentos para a reserva de recursos humanos, a médio e longo prazos.

3.^a sugestão: a sociedade deve conhecer plenamente as necessidades de recursos humanos nas principais actividades profissionais. Propõe-se, por isso, a utilização desse modelo de previsão noutros sectores de actividade, como nos cuidados de saúde e na engenharia, para o processo de correspondência dos recursos humanos compatíveis ser mais claro e transparente. No resumo do recente relatório do “estudo sobre a procura de talentos no sector da construção”, referiu-se a necessidade de cooperação com as associações e empresas dos respectivos sectores, para reforçar o diálogo entre o Governo e as associações civis, de modo que a formação e as medidas de desenvolvimento de recursos humanos possam acompanhar melhor as necessidades da sociedade.

Espero que haja mais recursos do Governo para os estudos sobre necessidades de recursos humanos, para uma melhor correspondência entre o desenvolvimento de talentos e a estrutura sectorial. A divulgação de informações sobre as necessidades de talentos deve ser eficiente, o nível geral de gestão dos recursos humanos com talento deve ser elevado e as diferentes camadas sociais devem colaborar, com harmonia, para a criação de melhores condições de vida para todos.

IAOD da Deputada Chan Hong em 03.04.2018

Promover a “internet + serviços comunitários” em prol de elevar a qualidade do serviço social

No relatório de trabalho do Governo chinês, o Primeiro-Ministro, Li Keqiang, refere 7 vezes que a “internet+”, a “internet+trânsito”, a “internet+restauração”, a “internet+sector financeiro” e a “internet+serviços médicos”, etc., já estão integradas no quotidiano do povo, e a construção da informatização nos bairros comunitários já registou grande avanço, o que contribuiu para melhorar significativamente a vida da população e para um modelo inovador de governação. Quanto a isto, Macau começou tarde, pois só em Agosto de 2017 é que o Governo local celebrou com o Grupo Alibaba o “Acordo-Quadro para a Cooperação Estratégica na Área da Construção de uma Cidade Inteligente”, que visa aproveitar as técnicas avançadas do Alibaba, tais como, a computação em nuvem e a aplicação de megadados, para promover a construção de Macau como cidade inteligente. Mas, passado um ano e meio, a população pretende saber que trabalhos foram desenvolvidos pelo Governo para promover essa construção e concretizar a informatização dos serviços comunitários.

O Instituto de Acção Social (IAS) já criou uma plataforma de informação e um sistema electrónico de gestão com diversas funções, incluindo, administrativa, financeira, técnica, estatística, e de comunicação e tomada de decisão. Mas não basta, pois há que definir um plano de desenvolvimento global de “internet+serviços comunitários”. São vários os trabalhos administrativos e as modalidades dos serviços sociais, e há falta de recursos humanos e, se for possível promover a “internet+serviços comunitários”, a eficiência vai aumentar e os utentes vão conseguir um serviço mais personalizado com facilidade, sendo favorável para que as associações de serviço social e as empresas sociais tenham espaço para se desenvolver.

A discussão sobre a “internet+serviços comunitários” já se iniciou na sociedade. Algumas associações e entidades civis procederam por tentativas, isto é, há escolas e associações que estabeleceram, em conjunto, uma plataforma de “internet+serviços voluntários”, que conseguiu a proporcionalidade exacta de recursos humanos. Mas, como cada um faz da sua maneira, os resultados são limitados. Para conseguir o dobro do resultado com metade do esforço, é preciso haver um plano geral, com apoios. Para haver a informatização de todos os serviços comunitários, há que reforçar o planeamento geral e, por iniciativa do Governo, dar apoios no âmbito dos recursos e formação de talentos, de maneira a haver uma coordenação do trabalho das entidades de serviços comunitários.

Espero que o Governo possa realizar, rapidamente, estudos sobre a

“internet+serviços comunitários” e aproveitar as vantagens da internet, para definir, com o sector dos serviços comunitários, o respectivo plano de desenvolvimento, a fim de incentivar e apoiar as entidades e associações a aplicarem as técnicas informáticas nos serviços comunitários.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 03.04.2018

Racionalizar o sistema administrativo, elevar a capacidade de governação

O Chefe do Executivo afirmou a necessidade de construir uma boa governação da RAEM conforme os requisitos da política “Um País, Dois Sistemas”. De acordo com o Plano Quinquenal de Desenvolvimento, «o Governo está empenhado na implementação da boa governação, tendo por base “servir a população” e “exercer o poder em prol da população”, porque uma boa administração é a chave para uma boa governação». O Governo defendeu recentemente que vai haver “concentração de esforços no desenvolvimento, na vida da população e na boa governação”. Face a estas afirmações do Governo, no sentido de prestar atenção à boa governação, a população sente-se entusiasmada e espera o lançamento de medidas coerentes.

Para alcançar a boa governação, o primeiro passo é reformar e otimizar o sistema de administração pública. O Governo tem promovido a reforma da administração pública, a reestruturação de vários serviços e a optimização do procedimento de licenciamento. Porém, a reforma desta fase tem vários problemas: os passos são pequenos, os objectivos são pouco ambiciosos e ficam aquém das solicitações e expectativas da sociedade, e não foram alcançados resultados tão frutíferos, em comparação com as reformas ambiciosas desencadeadas pelas regiões vizinhas. Ainda existe muita sobreposição de competências, por exemplo, na área das obras públicas, entre a DSSOPT e o GDI. Em várias áreas, mantém-se o fenómeno “um assunto, diversos serviços”. Por exemplo, as obras viárias envolvem o IACM, a DSAT e a DSSOPT. Quanto à reforma do licenciamento, lançou-se a licença provisória, mas a autorização demora 60 dias úteis, um contraste gritante em relação à prática do Interior da China, em que para muitos procedimentos administrativos o serviço é “one stop”, numa caixa só, aumentando a eficiência administrativa em 50%. Mais, para aqueles governantes e chefes com o problema de morosidade nas acções, a responsabilização não é eficaz, pois a determinação e a força não são suficientes. Veja-se o exemplo da catástrofe de 23 de Agosto: até agora, nenhum governante foi efectivamente responsabilizado, situação que causou muito descontentamento à população, afectando gravemente o prestígio da governação.

Durante as reuniões da CCPPC e da ANP, os líderes do nosso País apontaram para o reforço da capacidade de governação e para a modernização do sistema governativo. Assim, foi realçada a necessidade do aperfeiçoamento contínuo da estrutura e das competências do Governo, e salientado o aprofundamento da reforma institucional, no sentido de se criar um sistema governativo com uma melhor estruturação das atribuições e a governação segundo a Lei, para, desta forma, conseguir uma maior credibilidade e capacidade do Governo, aumentando a eficiência geral da sua actuação. Trata-se, pois, de

uma postura que Macau deve tomar por referência.

A diversificação da economia de Macau necessita urgentemente de inovação e, apesar da melhoria do bem-estar da população, verificam-se ainda muitos problemas de fundo. Muitas questões socioeconómicas de difícil resolução requerem uma reforma determinante e enérgica, para que sejam resolvidas com a criação de uma equipa de pessoal mais eficiente e profissional, capaz de responder a essas questões de fundo.

Por isso, considero que o Governo deve: 1) passar do actual “Governo todo-poderoso” para um “Governo eficiente e com limitações”, insistindo na reforma onde é necessário e centrado na sua função de orientador, fiscalizador e guarda-redes. Por exemplo, o problema das infiltrações de água é, neste momento, resolvido com o envolvimento de diversos serviços públicos. Porém, deve-se proceder à nomeação directa de laboratórios de engenharia civil ou de entidades especializadas de avaliação para tratar desses casos. Também se pode reforçar a aquisição de serviços no Governo, de forma que os serviços de carácter social, bem como de limpeza e reparação, possam ser adjudicados a empresas especializadas; 2) deve-se proceder a uma nova reestruturação das competências dos serviços, dando maior atenção ao bem-estar da população, no sentido de se criar um sistema eficiente de governação, centrado no desenvolvimento de trabalhos relacionados com o bem-estar da população e de formação de talentos para os serviços, através de um processo de mobilidade horizontal; 3) deve-se acelerar a reforma e elevação do nível dos serviços, isentar ou diminuir as taxas de licenças, dinamizar os mercados, e reduzir os encargos dos sectores económicos. Por exemplo, as formalidades de requerimento de designação das empresas e do notariado devem ser tratadas simultaneamente em conjunto, para uma maior redução dos encargos na renovação das licenças dos mediadores imobiliários.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 03.04.2018

Os talentos são as riquezas mais preciosas para o desenvolvimento socioeconómico e ainda o núcleo da competitividade de uma cidade. Nos últimos anos, o Governo da RAEM tem dado grande relevância aos trabalhos relativos a talentos, mais, a formação de talentos foi um dos cinco mecanismos de longo prazo determinados nas LAG e, para isso, foi ainda criada a Comissão de Desenvolvimento de Talentos, a fim de aperfeiçoar o ambiente para o desenvolvimento dos talentos, o que merece o nosso reconhecimento.

Actualmente, a procura de talentos é muito forte internacionalmente. Ora, muitas cidades do Interior da China já implementaram uma série de medidas para a atracção de talentos. Os talentos não precisam apenas de ter um trabalho, mas, sim, de um alto nível de desenvolvimento dos sectores de actividades, um “palco” oportuno para o seu “crescimento” e um bom ambiente de vida. Isto tudo são questões importantes que deviam ser ponderadas para as nossas políticas. Mas muitos postos de trabalho existentes em Macau não são assim tão ideais, mais, as políticas implementadas estão gravemente desactualizadas e, quanto às novas, não conseguem ser implementadas atempadamente e, além disso, as decisões são tomadas lentamente, pelo que não é difícil de imaginar o efeito que esses trabalhos possam ter.

Veja-se o exemplo da fixação de residência temporária relativa a técnicos especializados. Sendo relevante para a reserva de talentos, tal política está a ser implementada desde 1995, há 20 anos, até hoje, por isso está gravemente desactualizada em relação às necessidades sociais. Os requisitos exigidos são fáceis de serem preenchidos, os critérios de autorização são ambíguos e os processos de autorização carecem de transparência. Com este regime, como é que se pode seleccionar os talentos que correspondem, verdadeiramente, às necessidades de Macau? A Grande Área da Baía está em construção, e é cada vez mais premente a concretização do desenvolvimento diversificado da economia. Quer a construção de uma cidade inteligente, quer o desenvolvimento das indústrias emergentes, nomeadamente, de convenções, medicina tradicional chinesa e indústrias culturais e criativas, exigem o apoio de tecnologias e conhecimentos, assim, são indispensáveis os talentos especializados na área de ciência e tecnologia. Se a política de talentos for inefectiva e não ajudar a captar talentos, não conseguiremos agarrar as oportunidades do desenvolvimento urbano, decorrentes da boa conjuntura.

Os talentos são um dos factores decisivos para o futuro desenvolvimento de uma cidade. Macau nunca necessitou de tantos talentos como hoje. Proponho o seguinte: por um lado, há que definir um planeamento pormenorizado para o desenvolvimento diversificado das nossas indústrias; e efectuar análises e avaliações para apurar os tipos, a quantidade e o nível da capacidade

técnico-profissional dos talentos necessários a curto, médio e longo prazo. Após a concretização disto tudo, é que os talentos de diversas áreas vão conseguir ver com clareza o seu rumo de desenvolvimento, em conjugação com a realidade, e determinar o seu plano profissional.

Por outro lado, há que romper o pensamento inercial; ter coragem para assumir responsabilidades; ser bom em assumir responsabilidades; acelerar a definição do regime de talentos, em prol da melhoria dos trabalhos; cultivar e avaliar talentos segundo os princípios de imparcialidade, razoabilidade e abertura, introduzindo os respectivos mecanismos; reforçar as acções de formação de talentos locais; e acelerar o regresso dos talentos profissionais e elites que estão no exterior, em prol da transformação de Macau numa cidade modernizada de alta qualidade.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 03.04.2018

Há dias, o Fundo das Indústrias Culturais manifestou ir lançar o “Programa Específico de Apoio Financeiro para a Criatividade Cultural nos Bairros Comunitários”, tendo em vista fomentar a integração das lojas com características comunitárias com a criatividade cultural, implantando os elementos culturais e criativos em bairros comunitários, e melhorando, gradualmente, o ambiente operacional comunitário”. Mas um dos requisitos é que os candidatos devem ser empresas comerciais constituídas há três anos ou mais e pertencentes aos sectores das indústrias culturais, devendo candidatar-se em conjunto com lojas com características dos sectores de venda a retalho/restauração, em actividade há 8 anos ou mais. Este programa merece apoio, porque incentiva as empresas comunitárias a aproveitarem a criatividade cultural para impulsionar a economia turística dos bairros comunitários e contribui para injectar uma nova força dinâmica nas lojas antigas, mas as lojas qualificadas deste programa espalham-se por zonas diferentes, não estão concentradas numa zona e, se as medidas de apoio para o efeito não forem suficientes, é possível reduzir a sua atracção. Se faltar força coesiva, é difícil concentrarem-se os clientes, nem se pode atingir o efeito desejado se estas lojas estiverem dispersas pela cidade.

A Administração referiu que vai apoiar o desenvolvimento económico das zonas sociais, para desenvolver a economia dos bairros antigos, bem como as lojas com características tradicionais e as outras que pretendam abrir novas oportunidades de negócio. Já referi várias vezes que o desenvolvimento da indústria criativa necessita de espaço, devendo juntar-se as pessoas deste ramo num único local, para poderem trocar opiniões, e só deste modo é que se pode criar o ambiente para o referido desenvolvimento. Assim, o Governo deve pensar em requalificar as zonas da Rua de Cinco de Outubro e da Rua dos Ervanários, na última das quais já há muitas lojas com características da cultura criativa, e já se conseguiu atrair os turistas para se deslocarem até lá e estes elogiaram o local. A Administração deve pensar em embelezar as zonas antigas de Macau, criar um local com arte e cultura com características locais e uma zona com características gastronómicas locais de renome. Mais, deve ainda reforçar os trabalhos de promoção destas zonas, criando assim uma zona turística com preponderância.

Nos últimos anos, o Interior da China esforçou-se na criação de bairros comunitários com características culturais e criativas, por exemplo, a Rua Yang Jing em Pudong de Xangai – um bairro comunitário cultural e criativo, um projecto de grande sucesso, que permite a justaposição da técnica de bordado em veludo – um

património cultural intangível – com a história de 700 anos de transporte marítimo. Em Macau, a zona de Lai Chi Vun atraiu grande atenção nos últimos dias. O Governo pode, então, tomar como referência os casos de sucesso no Interior da China, aproveitando a indústria de construção naval para a promoção da História, tornando esta zona num novo ponto turístico ou espaço cultural, enriquecendo os elementos turísticos de Macau e criando-lhe um novo destaque, enquanto centro de turismo e lazer ao nível mundial.

Certos bairros comunitários de Macau revestem-se de natureza histórica e cultural, merecendo assim a sua promoção. Mas a falta de instalações complementares, ao nível de transporte, impossibilita o aumento do fluxo de pessoas nestes bairros comunitários. O Governo deve considerar adoptar medidas efectivas para otimizar as instalações complementares, para revitalizar as zonas em questão, criando assim um ambiente típico em prol do desenvolvimento ordenado da economia comunitária.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 03.04.2018

A proposta de lei intitulada “Alteração do regime jurídico de arrendamento previsto no Código Civil” (ou seja, a Lei de arrendamento) entrou em vigor em 18 de Fevereiro de 2018. A intenção inicial é, através desta lei, resolver os problemas existentes no mercado de arrendamento de Macau e o problema dos “arrendatários trapaceiros” e, para o efeito, foi introduzida uma série de medidas, incluindo o reconhecimento notarial dos contratos. Mas a Lei de arrendamento foi aplicada há um mês e tal, e o meu gabinete tem vindo a receber opiniões do sector imobiliário e de residentes, reflectindo vários problemas nela existentes.

Primeiro, são limitados os efeitos para combater o problema dos “arrendatários trapaceiros”. Segundo alguns senhorios, estes não compreendem muito bem a norma de execução forçada, não sabendo como é que, na prática, esta norma os consegue ajudar a expulsar os arrendatários trapaceiros. O objectivo legislativo da Lei de arrendamento é resolver o problema dos “arrendatários trapaceiros”, mas neste momento, ao assinar o contrato, os senhorios acham que não estão bem protegidos e, no caso de enfrentarem “arrendatários trapaceiros”, só podem recorrer à solução antiga que é a acção de despejo, uma via que gasta bastante tempo. Os senhorios esperam que o Governo possa organizar seminários, contando com a presença de especialistas de Direito, para lhes dizerem como é que se segue a Lei de arrendamento sem precisarem de recorrer à via judicial, bem como podem, através da norma de “execução forçada”, retomar, quanto antes, a sua habitação.

A Lei de arrendamento traz um impacto negativo para o mercado de arrendamento dos lugares de estacionamento sem registo de propriedade horizontal. Os prédios onde ficam esses lugares foram, na sua maioria, concluídos antes dos anos 90 e, segundo o regime de registo de imóveis da altura, o parque não podia ser registado como uma fracção autónoma. Ao longo das décadas, o Governo não conseguiu resolver este problema histórico. Segundo o sector, após a entrada em vigor da lei em questão, como esses lugares não podem ser objecto de reconhecimento notarial, só podem ser arrendados verbalmente e não por contrato escrito, tal como acontecia antigamente, portanto, isso faz com que ambas as partes de um arrendamento fiquem sem protecção nem garantias. Espero que o Governo preste atenção a este problema e que resolva a situação caótica desses lugares, em prol da estabilidade do mercado de arrendamento local.

A “Lei de arrendamento” fez aumentar o trabalho dos notários e o respectivo tempo de espera. Segundo a actual “Lei de arrendamento”, as assinaturas dos contratos têm de ser reconhecidas por notários, no horário de expediente do Governo. Mas em Macau há cerca de 100 mil fracções ou parques que estão a ser arrendados, portanto, se todos esses contratos necessitarem de reconhecimento de assinaturas por notários, então, cada notário tem que tratar um grande número

de casos por dia. Segundo as pessoas do sector, após a vigência da “Lei de arrendamento”, os notariados estão sempre cheios de pessoas, e um pedido para reconhecer assinaturas demora muito tempo, o que despense não só recursos humanos e materiais, como também o tempo dos utentes para outros serviços. E isto está a contrariar o conceito de “simplificação administrativa”, promovido pelo Governo.

Fui um dos proponentes da “Lei de arrendamento”, mas, na reunião plenária da Assembleia Legislativa para a apreciação da proposta desta lei, frisei que a norma sobre o reconhecimento de contratos por notários podia derivar, na prática, em vários problemas, e é por isso que, na votação, optei pela abstenção. E agora surgiram já problemas. Espero que o Governo possa dar importância suficiente a isso, tomando uma postura activa para resolver, quanto antes, os referidos problemas, com vista a promover um desenvolvimento saudável do mercado imobiliário.

IAOD do Deputado Mak Soi Kun em 03.04.2018

Os cidadãos entendem que se deve fazer o upgrade do “Sky Eye” para “Sky Net”, a fim de garantir a prevenção e o combate à criminalidade

Reportou há dias a imprensa que “após investigações, se apurou que o homem que assaltou, com uma arma eléctrica, na madrugada do dia 26, uma joalharia, na Avenida da Praia Grande, mudou de roupa num jardim público, deslocou-se de táxi até ao Posto Fronteiriço de Lótus e atravessou para o outro lado da fronteira. A Polícia Judiciária, através do mecanismo de cooperação policial entre Guangdong e Macau, pediu de imediato apoio aos Serviços de Segurança Pública da Província de Guangdong para localizar o assaltante, que foi entretanto identificado, tendo os Serviços de Segurança Pública do Município de Zhuhai constituído um grupo de investigação para o efeito. Pelas 2 horas da madrugada do dia 27, deteve a polícia o suspeito numa pensão em Danzhou-Zhongshan e recuperou o produto do assalto, no valor de 320 mil patacas. O suspeito confessou os factos”.

Segundo alguns cidadãos, a detenção do autor do crime referido foi conseguida devido à investigação rigorosa, prudente e sistematizada das autoridades policiais, que se esforçaram, continuamente, para resolver esse caso. Depois de cometido crime, apesar de os delinquentes terem fugido para o Interior da China, as autoridades não ficaram para trás. Assim, o combate à criminalidade tem vindo a continuar através do trabalho conjunto com as autoridades policiais de Zhuhai, no âmbito do “mecanismo de cooperação entre as autoridades policiais de Guangdong e Macau”. Como resultado, foi detido o suspeito do crime no dia seguinte ao acontecimento, tendo sido surpreendente a velocidade com que esse caso foi resolvido. Essa eficiência reflecte a determinação das autoridades no combate à criminalidade e a eficácia dos meios de investigação e, mais, é o resultado do mecanismo de boa colaboração entre as autoridades de segurança pública de Macau e do Interior da China, conseguindo-se, assim, demonstrar os resultados eficazes desse mecanismo de cooperação policial. Essa cooperação merece, de facto, um elogio, porque consegue também surtir um efeito dissuasor contra a criminalidade, aumentando o sentimento de segurança, de felicidade e de orgulho da população.

Segundo alguns cidadãos, a resolução dos referidos casos merece elogio, mas para assegurar a segurança pública, mais vale prevenir do que remediar. Segundo alguns dados, “no ano passado, registaram-se mais de 12 mil casos, ou seja, um aumento de 2,3% em comparação com 2016; foram 3925 os indivíduos encaminhados pela Polícia Judiciária ao Ministério Público, representando um aumento de 3,1%, entre os quais, o número dos residentes do Interior da China

correspondeu a um aumento ligeiro de 2,3%... os roubos também aumentaram 24,7%”, portanto, tem que se estar preparado para quaisquer adversidades e manter-se alerta. O ambiente social e os modos de cometer os crimes estão sempre a mudar. Com a integração da RAEM no desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, são cada vez mais frequentes o intercâmbio ao nível económico e de pessoal, o que cria mais oportunidades para os crimes transfronteiriços, portanto, a polícia necessita de reforçar a aplicação de técnicas mais avançadas, por exemplo, instalar mais câmaras de videovigilância, proceder ao *upgrade* destas, tomar como referência as práticas da China, onde se aproveitam a inteligência artificial e os megadados para fazer previsões, para criar uma “rede de videovigilância”, introduzir o sistema de detecção e identificação de peões, e criar um sistema tridimensional de monitorização da segurança. Assim, é possível, através dos dados obtidos, detectar indícios de crimes, e que a polícia obtenha as informações úteis para encontrar os criminosos quando ocorre um crime. Mais, é necessário reforçar a cooperação policial e judiciária e a troca de informações entre as duas regiões, e aperfeiçoar os mecanismos já existentes. O poder policial tem limites, mas o da população é ilimitado, portanto, com base no actual modelo de cooperação entre a polícia, as escolas e as associações cívicas, estas criam, em conjunto, uma rede para combater os crimes, com vista à construção de uma Macau feliz.

高天賜 議員辦事處

GABINETE DO DEPUTADO JOSÉ PEREIRA COUTINHO

INTERVENÇÃO ANTES DA ORDEM DO DIA

Aproxima-se a época balnear, e muitas crianças, adultos e idosos vão poder desfrutar das piscinas públicas e privadas. Presume-se que a tendência da sua utilização será maior por parte dos cidadãos por as águas das praias de Coloane serem impróprias para sua utilização. Por isso, as autoridades competentes nomeadamente os Serviços de Saúde e o Instituto dos Assuntos Cívicos e Municipais tem responsabilidades acrescidas na fiscalização principalmente no “arranque das piscinas” ou seja no início da temporada balnear porque a água das piscinas ainda que sejam claras e transparentes podem conter bactérias e vírus transmissores de doenças e infecções. As autoridades públicas competentes devem fiscalizar e certificar com elevada rigorosidade que o equipamento (filtros, bombas, equipamentos de sucção de objectos externos, etc.) funcionam correctamente e sem problemas. Devem ser exigidos os programas de manutenção para que as piscinas funcionem em perfeitas condições devendo apuramento semanal do ph da água, nível do Cloro Residual Livre, repor os Compactos de Cloro nos doseadores e elevadas precauções no uso de produtos químicos adicionando sempre água para evitar possíveis reacções químicas indesejáveis.

De acordo com especialistas em dermatologia as pessoas que costumam ficar com olhos avermelhados e irritados de pois de estarem na piscina tem a ver na maioria das vezes com a mistura de cloro e urina. Também está confirmado que a água das piscinas normalmente concentram grande quantidade de fezes. De acordo com estudos recentes sobre esta matéria cada pessoa adulta leva para a água 0.14 gramas de fezes, suor, urina e mil milhões de micróbios razões pelas quais nunca se deve beber água das piscinas.

É verdade que o cloro é capaz de proteger os utilizadores das piscinas de uma grande quantidade de bactérias presentes nas águas das piscinas contudo são ineficazes contra os parasitas que são responsáveis pelas gastroenterites e diarreias.

Por isso, em defesa da saúde pública compete às autoridades públicas já referidas uniformizar e padronizar os procedimentos relativos à vigilância sanitária das piscinas exigindo igualmente as entidades gestoras das piscinas públicas e privadas os comprovativos das necessárias acções preventivas no âmbito do Programa de Vigilância das Águas das Piscinas.

Compete também às autoridades públicas (SS e IACM) divulgar e fiscalizar os parâmetros microbiológicos e físico-químicos a analisar incluindo os valores máximos e as técnicas de amostragem no âmbito das acções de monitorização da qualidade da água das piscinas. Estes Programas e as respectivas orientações são fundamentais para que as piscinas públicas e privadas possam operar de uma forma mais segura e saudável e que cidadãos que as utilizam obtém o máximo de protecção e segurança da prática de natação.

高天賜 議員辦事處

GABINETE DO DEPUTADO JOSÉ PEREIRA COUTINHO

Muito Obrigado

**O Deputado à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau
aos 03 de Abril de 2018**

José Pereira Coutinho

Intervenção do Deputado Ma Chi Seng em 03.04.2018

Sugestões relativas à distribuição racional dos recursos desportivos públicos dos bairros comunitários

O Desporto é importante para demonstrar a força global de um país ou região, e é uma janela importante para observar o seu ambiente político e económico, o nível de civilização e a potencialidade de desenvolvimento. O Governo dá importância ao desenvolvimento desportivo, envida esforços para aperfeiçoar os *software* e *hardware* desportivos, e aumenta os equipamentos e instalações desportivas. Mas, segundo o “Relatório de Estudo sobre as Instalações Desportivas de Macau”, divulgado em 2012, a área para a prática de desporto em Macau totaliza 780 mil metros quadrados, situando-se em 1,4 metro quadrado a área ocupada em média por habitante, verificando-se uma diferença significativa quando comparada com outros países e regiões.

A OMS incluiu as instalações desportivas e de lazer ocupadas em média por habitante nos padrões de avaliação básica de cidade saudável. Segundo o “13º plano quinquenal sobre o Desenvolvimento do Desporto” e o “Plano de Desporto para toda a população” do País, a área ocupada em média por habitante para a prática de desporto tem de atingir 1,8 metro quadrado. Em Taiwan, há também planos semelhantes, tais como, o “plano de um centro desportivo em cada zona”. O relatório das LAG refere o seguinte: “A rede das instalações desportivas públicas em Macau vai ser revista e aperfeiçoada no sentido de otimizar o planeamento das instalações desportivas e elevar a média da superfície desportiva *per capita*”. Assim sendo, apresento as três sugestões seguintes:

Primeiro, na definição do plano urbanístico, as instalações desportivas devem estar incluídas no planeamento dos bairros comunitários. Há que incluir os critérios das instalações desportivas públicas no âmbito de regulação das construções e projectos urbanos, estudar e definir os critérios das instalações desportivas complementares nos novos aterros urbanos e nos bairros antigos, por forma a promover a articulação das construções urbanas com o desporto e transformar o desporto numa tarefa comunitária, e desenvolver actividades desportivas nos bairros comunitários, disponibilizando à população recintos desportivos acessíveis e práticos, a fim de promover a prática regular de actividades físicas nos bairros comunitários.

Segundo, avaliar e criar mais espaços desportivos, incentivando as escolas a abrir ao público as suas instalações desportivas, e ainda incluir no plano de desenvolvimento comunitário a construção de instalações desportivas em escolas. Segundo alguns estudos, com a disponibilização à comunidade de recintos e instalações desportivas por parte das escolas é possível manter uma boa relação entre a escola e a comunidade, racionalizando os recursos, aumentando a

utilização dos recursos desportivos e promovendo a cultura de desporto para todos. No Interior da China, em 2010, já se começou a promover a política de abertura ao público das instalações desportivas das escolas, e está a concretizar-se, passo a passo, a abertura de 50 por cento dos recintos desportivos das escolas primárias e secundárias.

Terceiro, há que aumentar, quanto possível, as instalações desportivas, e impulsionar a plena poupança e reutilização dos terrenos. Os estádios devem ser de dimensão pequena e com funções pluralistas, com vista a satisfazer as necessidades da população, no âmbito do desporto para todos, *fitness* e lazer. Há que salvaguardar o aproveitamento completo e racional dos espaços disponíveis em estádios. Quanto aos estádios cujo espaço não é devidamente aproveitado, pode considerar-se a sua reconstrução e, quanto aos que dispõem de condições, pode considerar-se a sua expansão.

Há que utilizar, racionalmente, o espaço e aumentar as instalações desportivas, para que estas últimas sejam completamente aproveitadas, a par de proporcionar aos residentes um ambiente de desporto e lazer, alcançando assim o alvo de desporto e saúde para todos.

IAOD do Deputado Chan Iek Lap em 03.04.2018

Promover a mobilidade vertical dos jovens do sector médico

Os jovens são o pilar do futuro desenvolvimento da sociedade. Segundo o relatório do “19.º Congresso Nacional do PCC”, “jovens prósperos, país próspero; jovens fortes, país forte”, o que demonstra a importância dos jovens para o desenvolvimento do país. Mais, segundo as recentes afirmações do Chefe do Executivo, Chui Sai On, aos média, “o Governo já ajustou as políticas para reforçar a coordenação do Chefe do Executivo nos trabalhos relativos aos jovens a desenvolver nas cinco áreas dos secretários, nomeadamente, empreendedorismo, acesso a emprego, planeamento da vida, oportunidades de promoção, etc.”. Isto quer dizer que, no futuro, o Governo vai dar mais atenção e importância ao crescimento e desenvolvimento dos jovens de Macau.

Embora Macau não tenha uma faculdade de medicina, esta é uma das áreas mais escolhidas pelos jovens de Macau, de entre as áreas do ensino superior, mas anualmente há cerca de 60 a 100 licenciados que frequentam medicina no Interior da China ou noutras regiões e que regressam a Macau. Segundo estatísticas de 2016, em Macau existem 2,7 médicos por cada mil habitantes, assim, o Governo, anuncia, até com orgulho, que o número de médicos existentes em Macau corresponde às exigências da Organização Mundial de Saúde. Entretanto, na realidade, nem todos os licenciados em medicina que regressam a Macau conseguem encontrar emprego na sua área, dito de modo simples, Macau é uma cidade pequena, a indústria da medicina é de pequena dimensão, e os hospitais, centros de saúde e as instituições médicas sem fins lucrativos têm os seus quadros de pessoal e, mais, os médicos exercem a actividade durante 30 a 40 anos, o que deixa os médicos menos experientes bastante desiludidos.

Como proporcionar aos jovens mais oportunidades de emprego e de criação de negócios e de planeamento de vida, dando cumprimento às ideias definidas nas LAG pelo Chefe do Executivo e às respectivas políticas, são problemas novos que os respectivos serviços têm de considerar. Como todos sabem, para se formar um finalista de medicina, para além dos seus próprios esforços, há que contar também com os recursos injectados pela família e pela sociedade. Como é que se dá atenção ao desenvolvimento profissional ou à criação de negócios dos finalistas que regressam a Macau? Como é que se evita a perda de talentos das áreas de medicina e de recursos humanos? Os serviços competentes devem avaliar e raciocinar novamente, criando melhores condições e lançando diferentes medidas, para o pessoal jovem da área de medicina ter mais oportunidades de desenvolvimento e de emprego.

O aperfeiçoamento dos serviços de apoio aos idosos e a resolução adequada das questões dos idosos têm sido, nos últimos anos, acções prioritárias do Governo. O envelhecimento da população traz o problema fulcral das

enfermidades e saúde dos idosos. O Governo vai lançar neste ano um projecto-piloto que prevê a introdução de serviços médicos em lares de idosos, o que revela a necessidade de reforço desse serviço. Apenas a força dos cuidados médicos públicos não é suficiente para dar resposta às necessidades dos lares em Macau. Devemos aproveitar as oportunidades da nova era para realizar cursos de geriatria que confirmem diplomas, para os médicos jovens que pretendem seguir essa área conseguirem continuar a aprender e a estudar, e assim acelerar a criação de uma equipa especializada de serviços médicos, para se poder estar preparado para enfrentar as necessidades decorrentes de uma população superenvelhecida.

Para apoiar os graduados em medicina a regressarem a Macau para exercer a profissão, pode-se considerar ajudá-los a aceder a um emprego em lares de idosos para desempenharem as suas funções. Pode-se ainda recorrer ao estabelecimento de regimes para melhorar a cobertura da saúde em diversos bairros comunitários. Propõe-se que, em cada escola de Macau, haja uma clínica regular, competindo aos devidos promotores da saúde a prescrição de medicação, em prol do desempenho das funções de diagnóstico e tratamento. O reforço da capacidade de saúde nas escolas vai contribuir para eliminar as preocupações de docentes e encarregados de educação, a par de criar emprego, reter talentos e atenuar a pressão na saúde pública.

No âmbito do empreendedorismo, o Governo pode considerar definir medidas adequadas para incentivar os médicos jovens a optar pelo mercado privado, o que lhes pode proporcionar vias de desenvolvimento, promovendo também um desenvolvimento equilibrado dos mecanismos de saúde ao nível público e privado. Assim, sugere-se ao Governo que realize com os serviços responsáveis negociações interdepartamentais, para arranjar, nas habitações públicas, espaços adequados com preços baratos, para alugar aos médicos jovens que tenham vontade de se dedicar ao mercado privado, para estes poderem aproveitar as suas capacidades a fim de servir a sociedade.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 03.04.2018

Nos últimos anos, na zona vizinha houve tragédias em que cuidadores feriram as pessoas que estavam a tratar, devido à pressão de prestar cuidados. Em meados de Março, uma avó, que cuidava do neto, suspeito de hiperactividade, matou-o por “excesso de pressão”. Em Junho do ano passado, um idoso, com 80 anos, por não querer que a sua mulher, com doenças crónicas, sofresse mais, estrangulou-a. Em Macau, já aconteceram casos de cuidadores baterem em idosos com doenças crónicas.

Segundo os resultados dos Intercensos 2016, das pessoas locais com 60 anos ou mais, 4557 eram incapazes de cuidar de si próprias, das quais 1023 residiam em lares, e isto quer dizer que, do total, 78 por cento (3534 pessoas) necessitavam de cuidados familiares. Mais, muitas pessoas com doenças crónicas e com deficiência também estavam a ser tratadas pela sua família.

Os familiares gastam tempo e energia para cuidar dos idosos e das pessoas com deficiência e doenças, no seio da sua família, por amor e sentido de responsabilidade. Mas, se não houver apoio social suficiente, esses cuidadores vão ficar exaustos e, assim, o seu estado fisiológico e psicológico, a sua vida familiar e a participação social vão ser gravemente afectados. Há ainda cuidadores que, por não conseguirem aliviar a sua pressão, têm problemas de depressão, o que pode provocar tragédias.

O trabalho dos cuidadores não é compensado com uma retribuição económica substancial, embora contribuam muito para a sociedade. Os estudos científicos e as práticas demonstram que o modelo de cuidados informais, incluindo a concessão de subsídios aos cuidadores, pode reduzir as despesas públicas no âmbito do serviço social e médico, portanto, a sociedade deve reconhecer o contributo dos cuidadores, enquanto o Governo deve definir, quanto antes, uma política de apoio aos cuidadores de famílias, salvaguardando, através da lei, os direitos destes. No Reino Unido, onde essa política registou um bom desenvolvimento, foi definido, em 1995, o *Carers (Recognition and Services) Act*, segundo o qual, a pedido dos cuidadores, o Governo tem o dever de avaliar as suas necessidades e de lhes prestar o apoio necessário, para permitir-lhes conseguir sustento e continuar a prestar cuidados. Algumas regiões também criaram mecanismos para ajudar os cuidadores a regressar ao mercado laboral após a prestação de cuidados. Assim, a concessão de subsídios aos cuidadores é uma das medidas de apoio dessa política.

A fim de aperfeiçoar os serviços de cuidados continuados aos idosos e aos portadores de deficiência, e de reconhecer o contributo dos cuidadores, o Governo afirmou que ia iniciar um estudo sobre a viabilidade da criação de um subsídio para os cuidadores de idosos, assim, espero que o Governo, com base

nisso, estude a definição de uma política virada para os cuidadores de famílias, salvaguardando, por legislação, os direitos destes, para, assim, prestar-lhes apoio financeiro e aliviar a sua pressão física, psicológica e de vida. Mais, os serviços de apoio domiciliário, incluindo os centros de dia, a entrega de refeições e a prestação de cuidados no domicílio, constituem um apoio importante para os idosos, os portadores de deficiência, os doentes crónicos e os seus cuidadores, portanto, o Governo tem de aumentar os recursos e aperfeiçoar os respectivos serviços, para fazer face às necessidades da sociedade.

IAOD do Deputado Leong Sun lok em 03.04.2018

Criar uma zona de turismo costeiro, promover a economia do mar

No ano passado, o número de visitantes ultrapassou 32 milhões, um aumento de 5,4% homologamente com o ano anterior, e o número de visitantes estrangeiros bateu novo recorde. Tudo isto evidencia o bom desenvolvimento do turismo. Mas, devido às características de Macau, nomeadamente, a dimensão pequena, a falta de recursos naturais e a alta densidade populacional, a sociedade teme que o aumento do número de turistas agrave as pressões para a capacidade de recepção e a vida da população. Mais, a oferta turística de Macau é limitada, pois, para além dos hotéis e casinos, o centro histórico, apesar dos seus valores históricos e culturais, oferece pouca variedade de atracções turísticas. Por isso, ao tentar atrair mais fontes de turistas e levar os turistas a permanecer mais tempo, Macau depara-se com limitações intrínsecas.

Assim, explorar a economia do mar constitui uma solução para a falta de espaço terrestre e a pouca diversidade de recursos turísticos. O Governo propôs, há muito, este rumo de desenvolvimento. Nas LAG de 2018, o Chefe do Executivo referiu a necessidade de apoiar o sector do turismo no lançamento de produtos turísticos marítimos, de forma a criar uma marca de turismo marítimo de Macau, para potenciar as particularidades de Macau enquanto cidade litoral. Porém, a economia do mar tem sido uma retórica vã do Governo, pois este não definiu nenhum planeamento global. Mais, como há falta de infra-estruturas, serviços complementares e participação da sociedade, o desenvolvimento está estagnado.

Não se deve subestimar o efeito motriz da economia do mar no desenvolvimento do turismo. Nos últimos anos, a Comissão Provincial do PCC e o Governo da Província de Guangdong têm defendido a transformação das principais ilhas desta província em importantes destinos de turismo costeiro da China e do mundo. Para isso, foram celebrados protocolos de cooperação, para criar mais zonas de turismo costeiro com características especiais. Com a conclusão e a inauguração da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, vai haver mais cooperação na Grande Baía. O Governo da RAEM deve aproveitar as oportunidades decorrentes da concessão dos 85 km² de área marítima por parte do Governo Central, e do crescimento económico regional, no sentido de explorar, através de cooperação e aproveitamento das vantagens das 3 localidades, um itinerário de turismo marítimo na Grande Baía, do estilo “uma viagem, várias estadias”. Isto para poder, conjuntamente, explorar os mercados turísticos da China e do mundo, e criar uma zona de turismo costeiro da Grande Baía, Guangdong-Hong Kong-Macau, alargando o bolo que é a economia do mar desta região.

Para concretizar a referida estratégia, sugiro ao Governo que defina um “plano de desenvolvimento da economia marítima”, aperfeiçoe as instalações de

hardware e *software*, e promova a cooperação regional e a interacção industrial, de modo a que os proveitos da economia marítima possam cobrir diferentes domínios. Podemos consultar alguns casos de sucesso no exterior, onde o turismo costeiro, que congrega os factores de lazer, gastronomia, *souvenirs*, cultura e criatividade, é muito bem acolhido pelos visitantes. Acho que a orla entre a Barra e o Mercado do Patane tem condições para o turismo costeiro, pois integra um rico património cultural do Centro Histórico, complementado por museus, pontes-cais, hotéis, metro ligeiro e autocarros. Tem ainda a vantagem de poder fazer a ligação com a Avenida de Almeida Ribeiro e outras zonas de atracção turística. Por isso, sugiro ao Governo que faça um estudo nesse sentido, para maximizar os nossos elementos e espaços turísticos, a par de melhorar o ambiente de negócios e a vida naquela zona.

Por fim, os pescadores locais estão a ser afectados pelo prolongamento do período de defeso de pesca, o que dificulta o desenvolvimento do sector piscatório. Apesar das medidas de apoio lançadas ao longo dos anos, o Governo não dispõe duma política para resolver, a longo prazo, a sobrevivência e o desenvolvimento do sector. Peço ao Governo para otimizar as medidas de apoio durante o período de defeso de pesca, nomeadamente, permitir a participação dos pescadores em actividades económicas ou serviços sociais, ajudando-os a integrar-se no desenvolvimento da sociedade. O Governo pode, eventualmente conjugar o desenvolvimento turístico com o do sector da pesca, convertendo este último numa actividade de lazer, por forma a impulsionar o desenvolvimento da economia marítima e encontrar um novo rumo para o turismo de Macau.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 03.04.2018

Reforçar o combate às fraudes telefónicas, dissipando as dúvidas e preocupações dos residentes

Verificou-se, nos últimos dias, uma nova onda de telefonemas fraudulentos, tendo muitos residentes recebido, de dia e de noite, telefonemas oriundos, nomeadamente, da Papua-Nova Guiné, Tonga e Sudão do Sul. Essas chamadas são desligadas logo após o primeiro toque, o que não só incomoda os residentes, como também os levam a preocupar-se com o aparecimento de uma nova forma de fraude telefónica. Felizmente, a PJ tem reforçado as acções de sensibilização, e o público está alertado para o fenómeno, pelo que não se registou, por ora, qualquer caso de perda.

Embora a PJ tenha meios para a divulgação imediata de notícias, o desconhecimento, até ao momento, do motivo desses telefonemas, leva o público a questionar-se do envolvimento de fraude. Segundo o que corre na *Internet*, se devolver o telefonema, sofre, de imediato, prejuízo pecuniário, ou os contactos e os dados dos cartões de crédito são furtados, o que cria pânico na sociedade. Apesar de a PJ ter afirmado que não se registou, por enquanto, nenhum desses casos, não adiantou mais informações, e isto não consegue dissipar as dúvidas e preocupações dos residentes.

Nos últimos anos, as burlas telefónicas têm sido frequentes. Há dias, a PJ detectou um grupo que promoveu burlas telefónicas e apanhou um seu membro de Taiwan. Segundo as informações, até Março deste ano, a PJ recebeu mais de 450 queixas ou consultas relativas às burlas telefónicas, incluindo do tipo intitulado “quem sou eu” e casos em que os “burlões se fizeram passar por funcionários públicos da China”, sendo que 31 delas deram prejuízos pecuniários de mais de um milhão de patacas. Note-se que as burlas telefónicas nunca podem ser eliminadas. Mesmo que a PJ já tenha reforçado a divulgação e o combate, segundo os dados do ano passado, foram instaurados, ainda, 146 processos, isto é, mais 5,6 vezes, em comparação com 2016. Do total, 80 por cento foram casos de “os burlões se fazerem passar por funcionários públicos”, e 128 pessoas sofreram prejuízos pecuniários, num total de mais de 40 milhões de patacas, isto é, um aumento de 15,8 vezes. O caso com o maior prejuízo envolveu cerca de 12 milhões de patacas. É incompreensível que as vítimas, na maioria, tenham sido pessoas de nível universitário ou superior.

Com o esforço da PJ, a consciência de prevenir burlas dos cidadãos elevou-se. Mas os burlões têm sempre maneiras novas. Segundo a PJ, num caso recente, suspeito de burla telefónica, o respectivo grupo internacional utilizou um programa que permite fazer, de forma aleatória, combinações de números de

telemóvel, mas nenhum dos operadores de telecomunicações locais foi envolvido. Note-se que este tipo de caso nunca pode ser resolvido apenas através da polícia de Macau. Assim, como é que o Governo vai aproveitar o mecanismo conjunto de prevenção entre a Polícia Criminal Internacional e os órgãos policiais da China, para reforçar os efeitos de combate? Vai aprender com a experiência estrangeira ao nível da prevenção de burlas telefónicas e crimes cibernéticos, e reforçar a respectiva cooperação? O vazamento de dados, neste caso, envolve muitos cidadãos de Macau? Espero que a PJ possa divulgar mais informações, para eliminar as preocupações do público e acelerar a respectiva investigação, para resolver rapidamente este caso e reduzir as perturbações provocadas aos cidadãos.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 03.04.2018

Aperfeiçoar os regimes para “limpar” o mercado das empregadas domésticas

Ultimamente, houve vários casos de maus-tratos a crianças por parte de empregadas domésticas, daí a grande atenção da sociedade. O caso mais recente foi descoberto pelo pessoal da administração do condomínio, através das câmaras de vigilância. Depois, a empregada doméstica em causa admitiu que agrediu, mais de uma vez, os dois filhos menores do empregador. Assim, a sociedade preocupa-se com a eventualidade de existirem outros casos latentes ainda não descobertos. Neste momento, é ainda difícil concluir se se trata de um caso comum, mas, mesmo assim, a sociedade deve estar mais alerta e prevenir a eventual ocorrência destes casos.

Hoje em dia, são vários os residentes que contratam empregadas domésticas para ajudar a tomar conta de idosos, crianças, portadores de doenças ou de deficiência, e fazer as tarefas domésticas. A respectiva procura está cada vez mais intensa. Segundo os dados estatísticos, o número dos trabalhadores não residentes que exercem funções de trabalho doméstico foi de 16 256, em finais de 2011, e aumentou até 26 974, em finais de 2017, ou seja, um aumento de 65,9 por cento.

Ao mesmo tempo em que há grande procura de trabalhadores domésticos, há grande discrepância na sua qualidade, uma questão “picante”, que incomoda as famílias de Macau. Actualmente, são cada vez mais as famílias em que ambos os pais trabalham, e são muitos os residentes que trabalham por turnos, assim, a pessoa com quem os filhos dessas famílias mais contactam é, provavelmente, a empregada doméstica. Os hábitos de vida e a atitude da empregada doméstica vão, provavelmente, influenciar os filhos dessas famílias, nomeadamente, os bebés e as crianças, pois vão ganhando os hábitos e comportamentos das empregadas domésticas. Assim, conseguir contratar uma empregada doméstica de alta qualidade constitui o alvo de atenção das famílias de Macau. Ocasionalmente, há casos de maus-tratos a crianças, o que é uma tragédia para as respectivas famílias e também para a sociedade, o que demonstra a necessidade de efectuar uma purificação no mercado dos trabalhadores domésticos de Macau.

Como a natureza das funções dos trabalhadores domésticos é específica, o Governo e os sectores sociais devem, especialmente, ponderar mais em como criar relações de trabalho harmoniosas e estáveis. Os trabalhadores domésticos estão estreitamente relacionados com a vida dos seus empregadores, em especial com os filhos dos mesmos, portanto, a sua qualidade afecta indirectamente o crescimento saudável das novas gerações. Os diferentes

sectores já apresentaram várias opiniões e sugestões relevantes, por exemplo, otimizar as leis e definir regimes, tendo em conta as características das funções dos trabalhadores domésticos, rever, quanto antes, a Lei da actividade das agências de emprego e a Lei da contratação de trabalhadores não residentes (TNR), aperfeiçoar o regime de regulação e importação de trabalhadores domésticos; reforçar a sensibilização das leis sobre TNR; alargar o âmbito de importação de trabalhadores domésticos do Interior da China; reforçar as acções de formação antes do ingresso na carreira; acabar com a conversão da qualidade de visitante em trabalhador doméstico; aumentar os benefícios e regalias, e aumentar a competitividade. Mais, o Governo pode ponderar a criação de uma base de registo das condutas pessoais dos trabalhadores domésticos, proibindo os que têm más condutas ou registo criminal de trabalharem na respectiva área.

Adiantar, antes da época de tufões, as instalações planeadas e as medidas de contingência contra inundações; e divulgar as conclusões quanto à responsabilização dos governantes no caso do tufão Hato.

IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 03.04.2018

O tufão Hato devastou a RAEM, aliás, foi um desastre que causou dez mortos e centenas de feridos, levando à suspensão do abastecimento de água e electricidade em amplas zonas, com consequentes dificuldades e sofrimento para a vida da população. Mais, devido ao tufão e às inundações, os bairros comunitários foram gravemente afectados e sofreram prejuízos significativos. O público suspeita que o Conselho para o Tratamento de Incidentes Imprevistos, liderado pelo Chefe do Executivo, e a Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos (SMG) falharam nas suas responsabilidades no que respeita à referida catástrofe, nomeadamente, quanto ao aviso, prevenção e salvamento. Mas, desde este acontecimento até ao momento, apesar do confuso episódio relativo à aposentação do respectivo director, ainda não houve a efectivação das responsabilidades dos governantes. Já está provado que as infra-estruturas da Península de Macau, ou seja, o dique e a tubagem na margem ocidental, não conseguem resistir a um ataque simultâneo de catástrofes eólicas e marés altas, mas, até à presente data, nada se viu quanto a um avanço para resolver, pela raiz, esta questão. A meu ver, os residentes têm o direito de saber quando é que a RAEM terá instalações apropriadas para se defender das inundações e, enquanto aquelas não são suficientes, de que medidas o Governo dispõe para fazer face às inundações.

Após a revisão da situação pós-catástrofe do tufão Hato até ao momento, deve haver planos concretizáveis num determinado prazo para resolver, pela raiz, as catástrofes eólicas e maré altas que atinjam um nível semelhante. Por exemplo, no tocante ao planeamento da cooperação transfronteiriça na prevenção de inundações no estuário do Rio das Pérolas, já autorizado pelo Governo Central, devem ser acordados planos ou prazos de realização para a construção de comportas capazes de resistir a catástrofes eólicas e a inundações que atinjam o nível do Hato.

Ainda antes da realização da cooperação transfronteiriça na construção das referidas comportas, o Governo revelou a possibilidade de construir, na margem ocidental da Península de Macau, um dique capaz de resistir a inundações com uma intensidade só registada em cada 200 anos (não atingindo, porém, o nível do Hato). Então, deve ser divulgado, quanto antes, o respectivo plano, e definida a respectiva data de conclusão. Se não for possível a sua conclusão antes da época de tufões deste ano, o Governo pode adiantar, publicamente, quais são os planos de prevenção disponíveis, face ao eventual ataque por um tufão dos que só se registam em cada 200 anos ou com o nível do Hato.

O público suspeita que o referido Conselho liderado pelo Chefe do Executivo, e os SMG falharam nas suas responsabilidades durante a passagem do tufão Hato, nomeadamente, quanto ao aviso, prevenção e salvamento. Após a revisão e a análise da situação, o Governo deve agora divulgar as suas conclusões quanto à responsabilização dos governantes.

IAOD do Deputado Au Kam San em 03.04.2018

Para além das três grandes características nas obras públicas do Governo, ou seja, atrasos exagerados, derrapagens orçamentais e má qualidade, existe um outro problema que é a lentidão no planeamento e concepção dos projectos. Após ter escolhido o local para a construção do Hospital das Ilhas em 2010, gastaram-se até agora sete anos para o projecto e, para além da Escola de Enfermagem, nem começou a obra de construção do edifício principal do Hospital; a construção da nova Biblioteca Central, que começou a ser planeada nos inícios do Retorno, só passados mais de 10 anos é que teve a proposta final; a Escola de Seac Pai Van, cuja construção começou a ser planeada em 2012, arrastou-se seis anos e, finalmente, só agora se avançou com a obra de construção; quanto ao Terminal Marítimo de Pac On, gastaram-se mais de 10 anos desde o projecto até à construção; o Metro Ligeiro é o pior, desde 2009 foi confirmada a sua proposta de construção, e dez anos depois é que poderá circular e apenas nas Ilhas. Quando é que se faz a extensão até à Península de Macau e se concluem as obras da 1.^a fase? Nem Deus sabe! Ao inquirir-se o Secretário responsável quanto ao período de tempo e custo, nada conseguiu responder.

Talvez, se estes “recordes” aparecessem noutras quaisquer sociedades civilizadas, já podiam ser considerados milagres, mas os residentes de Macau já estão bem habituados a isto, ou, no máximo, consideram-nos como anedotas. Afinal, só pode ser assim?

Os casos que acabei de citar são apenas a ponta do icebergue. Todos eles tiveram um longo período para planeamento e houve atraso no avanço das obras em geral.

Quais foram as obras públicas mais rápidas em Macau? O Posto Fronteiriço de Macau situado na Ilha Artificial foi construído num ano e meio. Porquê? Porque o projecto foi para fora, isto é, adjudicou-se todo o projecto, incluindo a concepção e a construção, a uma empresa de engenharia do Interior da China, sem passar pelas fases de planeamento e concepção, e por esta razão as obras foram desenvolvidas de forma tão acelerada. Este não é um caso isolado, por exemplo, o novo *campus* da Universidade de Macau em Hengqin, com uma área bruta de construção de um milhão de metros quadrados, foi construído e posto em funcionamento em cerca de três anos, incluindo a realização de aterros, planeamento, concepção e construção. Também não passou pelas fases de planeamento e concepção do Governo, pois só assim é que foi possível haver uma construção tão acelerada.

É evidente que a morosidade no planeamento e na concepção são as principais razões que levam as obras públicas de grande dimensão de Macau a arrancar de forma lenta, e isto merece a nossa revisão rigorosa. Estabelecendo

essa comparação, podemos verificar que, com a adjudicação de todo o projecto, incluindo o planeamento, a concepção e a construção, a uma empresa do exterior, é possível acelerar o andamento da construção. Será que é porque o Governo apresentou apenas exigências quanto ao projecto e está perfeitamente confiante de que o planeamento e a concepção do empreiteiro conseguem satisfazer as suas exigências? Ou será que também participou na concepção e construção com a liderança do empreiteiro, o que resultou em aceleração por parte do Governo para acompanhar o andamento das obras? Isto merece mesmo uma ponderação.

Convém salientar, em Macau, a maior parte das obras de grande envergadura não foi iniciada mesmo vários anos depois da decisão tomada. Uma das causas essenciais deste fenómeno é a lentidão por causa do gasto irracional de tempo na fase de definição do projecto e concepção. Os serviços competentes devem rever radicalmente todo o fluxograma de trabalho da concepção das obras, para verificar quais foram as fases que conduziram à referida lentidão, desbloqueando as veias. Se não conseguem racionalizar os quadros, pelo menos devem simplificar as etapas.

Além disso, existe ainda uma outra questão. As pessoas estão atentas a determinadas obras de grande envergadura, por exemplo, o Hospital das Ilhas, o edifício de doenças infecto-contagiosas e o dos serviços de urgência do Hospital Conde de S. Januário, que já entrou em funcionamento, enquanto obras que exigem elevado nível de profissionalização. A concepção das referidas obras é extremamente lenta, e a concepção do edifício de infecto-contagiosas arrastou-se por mais de dez anos. Uma das versões que circulou foi a de falta de prestadores locais de serviços de concepção experientes e capazes para assumir esta obra. Por causa desta falta, é necessário convidar empresas “experientes” a apresentarem propostas. Se os trabalhos de concepção são bons, ou não, é uma questão posterior, mas, pelo menos, a concepção levou muito tempo e causou, conseqüentemente, o arrastamento da data do arranque da obra. Se calhar, não são realmente muitos os prestadores de serviços locais (porque obras deste tipo não são muitas), mas crê-se que a nível internacional existam muitas empresas experientes que podem prestar serviços de concepção em relação a este tipo de obras ou análogas. Se se recorresse a um concurso público internacional, crê-se que seria muito melhor do que apenas escolher de entre algumas empresas locais.

IAOD da Deputada Lam lok Fong em 03.04.2018

A temporada dos tufões está prestes a chegar e o Governo tem de adoptar medidas adequadas para efeitos de prevenção

A Primavera está a entrar e isto quer dizer que já decorreram 7 meses desde a passagem do “tufão do dia 23 de Agosto”. O Governo divulgou, no mês passado, o “Programa de beneficiação e emergência para prevenção e escoamento de inundações no Porto Interior”, que inclui a construção de um murete de protecção contra inundações, e vão instalar 13 poços quadrangulares para bombas fixas e aperfeiçoar as instalações de prevenção de retorno do fluxo dos esgotos. Trata-se de medidas de curto e médio prazo, mas, como é necessário tempo para a concepção da obra, já não é possível estar concluída antes da temporada de tufões deste ano. Quanto à comporta de retenção de marés entre a Barra e Van Chai, discutida há muito tempo, a elaboração do relatório da proposta final só estará concluída no primeiro trimestre de 2019, e isto quer dizer que o plano do Governo de iniciar a obra em 2019 não vai ser cumprido.

As obras de prevenção de catástrofes estão a ser desenvolvidas com os maiores esforços, e recentemente foi divulgado o “Relatório geral de avaliação sobre os danos causados pelo tufão Hato, com propostas para a optimização do sistema de gestão de emergências”, no qual foi feito um balanço dos problemas e apresentado várias sugestões, mas ainda nada se vê quanto aos seus efeitos e planos de concretização imediata. É certo que isto deixa a sociedade bastante preocupada, especialmente os lojistas das zonas baixas do Porto Interior, que ao longo dos anos têm sofrido os grandes incómodos causados pelas inundações, e alguns deles foram afectados pelos tufões Hagupit e Hato, têm dívidas antigas por pagar e tiveram de contrair novas dívidas. É mesmo difícil exprimir por palavras as dificuldades que sentem. Atendendo aos factores objectivos, é certo que a construção de infra-estruturas de prevenção de catástrofes exige algum tempo, mas a breve trecho, especialmente estando a chegar a época dos tufões, o Governo deve divulgar junto da sociedade as medidas de resposta a catástrofes. Por exemplo, segundo o relatório recentemente divulgado, foi proposto o aperfeiçoamento da rede eléctrica e das instalações de fornecimento de electricidade antes da chegada das marés altas, e para além disso, o Governo deve reforçar os mecanismos de previsão, alerta e comunicação de mau tempo, e de coordenação e resposta a catástrofes, e aperfeiçoar o plano de contingência para evacuação, por forma a alertar a população para as inundações e evitar que os idosos com dificuldades de mobilidade não consigam sair de casa. Deve ainda incentivar, coordenar e regular a instalação de comportas nas construções à beira-mar, para reduzir ao máximo os prejuízos patrimoniais causados. Embora as obras efectuadas sejam apenas de reparação, têm grandes implicações na vida da população, portanto, há que as desenvolver imediatamente.

O Governo tem de divulgar atempadamente as informações das empreitadas

de infra-estruturas de prevenção de calamidades, incluindo o seu custo, prazo/andamento, prós e contras dos projectos, etc., e dar resposta activa ao público, para a sociedade conseguir fiscalizar e discutir o assunto.

A resolução das inundações é uma tarefa para 100 anos, não podendo ser feita num curto espaço de tempo. Assim sendo, o Governo tem de elaborar um planeamento contínuo, com planos para definir critérios das construções nas zonas baixas, por exemplo, o *design* dos parques de estacionamento, a localização dos equipamentos electromecânicos, etc., e até projectos para o reordenamento da zona do Porto Interior, e a resolução a longo prazo das inundações em Coloane, etc., o que implica uma ponderação minuciosa.

Não queremos assistir a mais nenhum caso de mortes e vítimas por calamidades! Espero que o Governo consiga, de forma pragmática, avançar com os trabalhos que referi. Assim, a longo prazo, pode-se elevar os conhecimentos de prevenção de calamidades e o Governo poderá demonstrar a sua determinação em “mais vale prevenir do que remediar”, e o seu espírito de estar sempre com a população nos tempos difíceis, em prol do reaver da confiança dos cidadãos.

IAOD do Deputado Chan Wa Keong em 03.04.2018

Nos últimos anos, o Estado tem realçado a salvaguarda da autoridade da Constituição, promovendo a administração integral do país conforme a Constituição. O Presidente Xi Jinping afirmou que, “antes da administração integral do país conforme a lei, está a administração conforme a Constituição; o essencial da governação conforme a lei é a governação conforme a Constituição”. O dia 4 de Dezembro foi decretado como Dia Nacional da Constituição, aprovado na 11.ª reunião do 12.º Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional, de 1 de Novembro de 2014, o que demonstra a importância da Constituição por parte do Estado.

Em 17 de Março de 2018, realizou-se a primeira cerimónia de juramento público de lealdade à Constituição na sessão plenária da APN, desde a criação do regime de juramento de lealdade à Constituição. O juramento prestado pelo dirigente do Estado foi um vivo ensinamento sobre a Constituição e um bom incentivo para o povo, promovendo, assim, o espírito da Constituição e reforçando a fé nesta. Enquanto parte inseparável do Estado, a RAEM deve acompanhar os passos do Constitucionalismo do Estado, dando o seu devido contributo.

A relação entre a Constituição da RPC e a Lei Básica da RAEM da RPC é como a de mãe e filha. No decurso da aplicação concreta da Lei Básica da RAEM da RPC, é frequente o surgimento de alguns problemas. Assim, nós precisamos de procurar respostas na Constituição da RPC. No Preâmbulo da Lei Básica, refere-se que Macau (que abrange a península de Macau e as ilhas da Taipa e de Coloane) faz parte do território da China desde os tempos mais remotos. A Constituição da RPC e a Lei Básica da RAEM da RPC constituem, em conjunto, a base do regime constitucional da RAEM.

Há vários anos, o Governo, para divulgar a Lei Básica da RAEM da RPC, imprimiu a Lei Básica e disponibilizou-a gratuitamente aos cidadãos e ao público, o que alcançou bons efeitos de divulgação. Aqui, eu proponho à RAEM tomar como referência o método de divulgação da Lei Básica da RAEM da RPC, para imprimir, em conjunto, numa só publicação, a Constituição da RPC e a Lei Básica da RAEM da RPC, disponibilizando-as gratuitamente aos residentes e a público, com vista a reforçar a “consciência constitucional” dos residentes e do público. Colocar juntas a Constituição da RPC e a Lei Básica da RAEM da RPC vai permitir que os residentes conheçam melhor a relação entre a Constituição e a Lei Básica e, com base nisso, permitir compreender melhor a conjugação dinâmica entre “Pleno poder de governar” e “alto grau de autonomia”, estabelecidas pela Constituição e pela Lei Básica. A divulgação conjunta vai demonstrar também os sentimentos familiares e a relação próxima de sangue entre Macau e a Pátria, e reforçar ainda os sentimentos de pertença e reconhecimento.